

Indecisões inviabilizam os objetivos

Arquivo

BRASÍLIA — Criticado por ser inflacionário, ao aumentar os custos das empresas com pagamento de impostos, o programa de ajuste do governo, conhecido até agora como pacote fiscal, está "ca-penga", como define um dos assessores econômicos que colaboraram em sua formulação. E não tem mais data para ser divulgado, sob o nome Programa de Modernização e Ajustamento. E dificilmente cumprirá o objetivo, definido pelo governo, de combater, com suas metas, as expectativas de estouro inflacionário no ano que vem.

O corte nos incentivos fiscais, que seria equivalente a 0,42% do Produto Interno Bruto e garantiria cerca de US\$ 1,4 bilhão em recursos adicionais ao governo foi reduzido à metade, segundo calculam assessores da equipe econômica. E não há consenso no Ministério da Fazenda sobre a necessidade de se suspender a conversão de dívidas em investimentos, um dos vilões da aceleração inflacionária de 1988.

Ainda sem uma avaliação precisa de quanto o Congresso modificou a proposta de orçamento enviada pelo governo federal, o Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, reuniu ontem seus assessores mais importantes para discutir a versão final do Programa de Modernização e Ajustamento. Apesar das dificuldades, ele não pensa em abandonar a meta de zerar o déficit mensal das contas públicas ano que vem.

O tom do documento em preparação pela equipe econômica é de alarme: os economistas do governo acham que não há mais espaço para ajustar a economia sem sacrifícios, e que é o momento de se discutirem as perdas de cada setor.

Incerteza — O orçamento aprovado na última sexta-feira em sessão relâmpago no Congresso embute uma inflação de 10% ao mês, ou seja, só permanecerá inalterado, sem necessidade de complementação de verbas, se for cumprida essa previsão de inflação, considerada otimista até pelos técnicos governamentais. O estouro da meta de 10% mensais obrigará o governo a mandar periódicamente uma — ou mais — Lei de Excessos ao



Solimeo: sem discutir detalhes

Congresso, um projeto de lei com suplementações orçamentárias. O que significa que, durante o ano, o orçamento aprovado esta semana poderá ser totalmente modificado, com novos cortes ou novas verbas.

O governo queria indexar o orçamento, ou seja, fazer com que as despesas e receitas, uma vez fixadas, só fossem alteradas de acordo com os aumentos de preços, medidos pelos índices de inflação. O Congresso revogou a indexação e, com isso, o Orçamento, segundo avalia a equipe econômica, deixou de representar o compromisso do governo de controlar suas contas no ano que vem e funcionar como incentivo ao setor privado. Os assessores do governo já começam a prever pressões de governadores e políticos em 1989, no auge da campanha eleitoral.

"O Congresso quer executar o Orçamento, em lugar de fixar as diretrizes orçamentárias. A proposta original, que não seria alterada durante o ano, era um sinal ao setor privado. O orçamento aprovado pode ser qualquer coisa, só tem incerteza", lamenta um dos formuladores do programa de ajuste do governo. Na avaliação, ainda preliminar, dos técnicos governamentais especialistas em Orçamento, as alterações feitas pelo Congresso na

proposta orçamentária da União inviabilizam o pagamento de dívidas da Siderbrás, impossibilitam o financiamento oficial à agricultura e exportação e ameaçam o seguro-desemprego mantido pelo Ministério do Trabalho. A solução desses problemas acabará aumentando o déficit orçamentário, temem os técnicos.

Lobbies — O Congresso não foi o único a causar problemas para o embrionário programa de ajuste do governo, cujas metas já ameaçam tornar-se inviáveis. Para que as contas da equipe econômica fechem, eliminando o déficit conjunto dos orçamentos da União, Previdência, estados e estatais, será necessário que o governo, com o esforço de arrecadação e cobrança da dívida de sonegadores de imposto, receba, em 1989, cerca de 1,9% do PIB (pouco menos de US\$ 6,3 bilhões).

Isso, segundo assessores do Ministério da Fazenda, seria tranquilo se o governo tornasse indisponíveis os bens dos devedores crônicos da Receita Federal e criasse um sistema de gratificação aos fiscais, que hoje preferem as tarefas burocráticas aos serviços de rua.

Mas a indisponibilidade foi abandonada, considerada inconstitucional pelo Procurador Geral da Fazenda, Cid Heráclito, e combatida pelos empresários que negociam com o governo e trabalhadores um pacto para baixar a inflação. E o incentivo aos fiscais, que sairia por medida provisória, será ainda negociado com o Congresso, em um projeto de lei. O Programa de Modernização e Ajustamento, em sua penúltima versão, previa o corte de todos os incentivos fiscais que não estivessem garantidos por contrato ou pela lei que impede a extinção dos incentivos com prazo certo para término e dos incentivos ao Nordeste e Amazônia. Isso renderia ao governo cerca de 0,42% do PIB (quase US\$ 1,4 bilhão). Mas, acatando os lobbies do setor privado, o governo voltou atrás, e, do levantamento inicial, cortou quase a metade, deixando também de fora os incentivos da política industrial, os do setor exportador, para cultura e para as Zonas de Processamento à Exportação (ZPE).